

Programa de Aceleração do Crescimento III: Conclusões e Desafios

O '*mainstream*' do crescimento econômico determina que este deva ser impulsionado por um conjunto de políticas macroeconômicas coordenadas: fiscal, cambial e monetária, que juntas o tornem sustentável e duradouro. Junto ao crescimento econômico, devemos buscar objetivos complementares como a estabilidade monetária, o equilíbrio do balanço de pagamentos e das contas públicas, dentre outros.

Tendo em vista as metas estabelecidas e o volume de recursos previstos no PAC, entendemos que o mesmo é fundamentalmente um Programa de gastos de investimento público para tentar estimular o crescimento, a curto prazo, sem maiores compromissos com um crescimento permanente. Ou seja, parece ser apenas uma pretensão de se garantir resultados superiores aos obtidos pelo atual governo no seu primeiro mandato, o que mais uma vez, demonstra a expectativa política das medidas adotadas. Porém, para o êxito de um Programa de Crescimento Acelerado seria necessário o enfrentamento de diversos desafios, além dos já citados nos dois artigos anteriores, dentre eles:

- a) No âmbito da política monetária: reduzir, a curto prazo, os altíssimos juros vigentes hoje, que desencorajam o investimento produtivo privado frente à atratividade dos ativos financeiros e enfraquecem a capacidade de investimento público ao não reduzir significativamente suas despesas financeiras. Adicionalmente, a manutenção dessas taxas via regulação pelo Banco Central;
- b) Na política cambial: corrigir, a curto e médio prazos, a sobrevalorização do real, que dificulta exportações e beneficia

importações, intensivos em tecnologia, para uma taxa de câmbio estável e desvalorizada, que garanta exportações a preços competitivos no mercado internacional e não ameace o saldo de transações correntes do balanço de pagamentos (exportações menos importações). Ressalte-se aqui, que a China adota permanentemente a centralização do câmbio, o que lhe permite manter a desvalorização da moeda nacional, elevando a competitividade internacional de seus produtos;

c) Contornados os problemas citados nos dois itens anteriores, desaparecerão ou serão mais fáceis de correção a excessiva carga tributária, a dívida pública elevada, a necessidade de elevado superávit primário, dentre outros;

d) A adoção de políticas de rendimentos e ação direta sobre os preços, para conter a inflação, como o que foi utilizado pelo Plano Real, ao invés da manipulação da taxa de juros, o que vem gerando um longo período de estagnação da economia;

e) A necessidade prévia à elevação dos investimentos, de aumento da margem de poupança nacional, conforme teorias e a experiência comprovada nos países asiáticos, que hoje são os que mais crescem em todo o mundo. Os investimentos precisam ser feitos acima das disponibilidades de poupança, pois estes determinarão a elevação proporcional das poupanças em um futuro subsequente. Logo, quanto maiores as poupanças, maiores devem ser os investimentos;

f) Investimentos em infra-estrutura, como o do atual PAC, são adequados somente para corrigir situações recessivas de curto prazo, mas não para comandar modelos de desenvolvimento. São permissivos, mas não determinantes do crescimento. Podem, inclusive, durante a realização das obras, dar a falsa impressão de que as condições para a retomada do crescimento foram alcançadas, e gerar o abandono de medidas realmente eficazes;

g) A regra de contenção de gastos da União com pessoal, limitando os reajustes do funcionalismo federal à taxa de inflação acrescida de um índice real de 1,5% ao ano, a partir de 2007, por dez anos, não garante que não haverá descontrole fiscal, mas

limita a capacidade do governo de fortalecer o Estado, contratando pessoal qualificado de primeira linha, com remunerações condizentes. Um país com crescimento vigoroso e continuado, certamente necessitará contratar mais e melhores profissionais de cada área, que devem ser muito bem pagos; e

h) A implementação da política urbana de forma integrada nas regiões metropolitanas, priorizando o atendimento às famílias de baixa renda localizadas nas periferias das metrópoles brasileiras. Nesse sentido, devem ser previstas ações para apoiar estados e municípios no desenvolvimento de programas metropolitanos e na construção de modelos políticos institucionais de gestão compartilhada e consorciada no âmbito das metrópoles, de forma a garantir o êxito de muitas das ações previstas no PAC;

Concluimos que somente as propostas do PAC não são suficientes. Precisamos que todos esses desafios sejam superados, para que tragam para as cidades - como o Rio de Janeiro - para os conglomerados metropolitanos e para o país, desenvolvimento integrado e permanente.